

---

## **ALAGOAS: CULTURA DE PODER E VIOLÊNCIA 1978 A 1984**

Autores: Alex Benedito Santos Oliveira,  
Gustavo Bezerra Barbosa,  
Raildo de Omena Vasconcelos  
Co-autor: Prof. Dr. Alberto Vivar Flores  
UFAL - Universidade Federal de Alagoas

### **As notícias**

De acordo com os Jornais pesquisados, conseguimos trilhar o caminho desses crimes. Podemos descobrir que o assassinato do Pai do Cabo Henrique Omena fora apenas o estopim de uma briga familiar, os crimes políticos ocorrem antes. Em 12 de Janeiro de 1971, houve o assassinato do Vereador de Maceió Jorge Omena do MDB, que teve como acusados Pedro, Ernandes e Bonifácio Calheiros. Segundo o desabafo da mãe da vítima, Raulina Maria Omena, “Os Calheiros eram inimigos do meu filho Jorge Omena”. Apesar da prisão e do habeas corpus, o crime terminou sem solução.

Anteriormente aos crimes do dia 21 de dezembro de 1978, em Março de 1977, ocorre o caso do desvio do Melaço. Tratou-se do desvio de 280 sacos de açúcar DA IAA, vendidos indevidamente aos comerciantes em Alagoas. Como envolvidos temos, Eliseu Firmino da Silva, Ascânio Marinho de Araújo e o Juiz Nelson Rodrigues Correia. Desses 280 sacos de açúcar, 140 fora vendidos ao comerciante de Rio Largo, Natalício Antônio de Omena. O crime ficou sobe jurisdição da Secretaria de Segurança do Estado de Alagoas.

Em 1977, cadáveres são encontrados sem nenhuma identificação e todos sob investigação da Secretaria de Segurança do Estado de Alagoas, o que levou a acreditar que havia o Sindicato do Crime em Alagoas. Segundo o livro, o autor relata que tais cadáveres não possuíam identificação, porém os corpos das vítimas traziam evidencias que denunciavam como os assassinos agiam que segundo o autor, tratava-se do “modo Calheiros”.

Em 11 de Março de 1978, o Coronel José de Azevedo Amaral, concede uma entrevista a Gazeta de Alagoas negando a existência de tal sindicato, em resposta ao Deputado do MDB Gilvan Sá Peixoto que acusou a participação de integrantes da Assembléia Legislativa no assassinato de Valter Zeferino Vieira Melo, funcionário da IAA. Apesar de negar a existência do Sindicato, o Coronel Azevedo não esclareceu maiores detalhes sobre o trabalho que visava esclarecer o assassinato.

Enquanto o Sindicato do Crime e o roubo do açúcar continuam sem solução, em 21 de Dezembro de 1978 se dá o marco no caso Calheiros x Omena, a morte de Silvino Henrique da Silva e de Ernesto Calheiros. Para entendermos melhor, Ernesto Calheiros, um dos homens mais temidos de Alagoas, estava envolvido com a máfia do melão que estava sem solução, além de estar envolvido na chacina da Usina Terra Nova, em Pilar, que terminou com a morte de três homens e de um menor de idade, a criança e um dos homens, Silvino Henrique da Silva, pertenciam a família Omena. Segundo o jornal do dia 22 de dezembro de 1978, a versão apresentada pela SSP é que Ernesto estava sendo procurado pela polícia durante todo o dia. “À noite, a polícia tomou conhecimento de que ele iria a Adega do Trapiche e cercou o restaurante para efetuar a prisão”. Segundo o inquérito, enquanto a polícia dava ordem de prisão ao procurado, o mesmo fora assassinado por um cabo que não estava escalado para a operação, mas que era parente das vítimas da chacina da Usina Terra Nova.

Anteriormente ao crime de Ernesto Calheiros, seu primo Pedro Calheiros, o mesmo envolvido no caso da morte do Vereador Jorge Omena e também ligado a máfia do melão através do assassinado do Sargento Adroaldo Freitas, também havia sido assassinado. Segundo a família Calheiros, Ernesto não havia assassinado ninguém e que se tratava de uma emboscada da SSP, uma vez que havia sido assassinado por um Cabo da PM.

Na madrugada do dia 22, a Secretaria de Segurança Pública afirmava que não se tratava de um crime político, mas sim de crime de vingança. Até então, a Secretaria mantinha em sigilo o nome do assassino de Ernesto, dizia que o cabo estava foragido. Mas, em 23 de dezembro de 1978, o cabo Henrique, em prisão especial no quartel da Polícia Militar, confessou o assassinato, que o fez por vingança. Não havia se entregado a Secretaria de Segurança porque não sabia o que aconteceria, mas assim que cometeu o assassinato se apresentou ao Quartel da Polícia Militar.

Muita atenção se deu para tentar solucionar o assassinato de Ernesto Calheiros (Cavalcante Lins), mas pouco se fez em relação a chacina no Pilar.

Particularmente em Alagoas, o controle do poder político sempre esteve ligado a violência exercida pelo estado, onde deste modo era possível realizar a manutenção do status quo oligárquico. A Superestrutura Estatal dá apoio ao “*Sindicato do Crime*”, e se transforma na maior promotora da violência no estado (MAJELLA, 2006, p. 21-22).

Desta forma, apresentaremos três pontos cruciais presentes na narrativa de José Henrique da Silva: o assassinato de seu pai Silvino Henrique da Silva; a briga entre as

famílias Omena e Calheiros; e a ação do grupo de extermínio comandado pela Secretaria de Segurança Pública de Alagoas. No decorrer da obra estes três pontos se tornam basilares. Esses três pontos vão se entrelaçando no decorrer da narrativa, através do assassinato de Silvino Henrique da Silva se desencadeia toda denuncia sobre o grupo de extermínio atuante no estado de Alagoas.

Na tarde do dia 21 de dezembro de 1978, é assassinado Silvino Henrique da Silva. O crime ocorre sob um fato um tanto quanto estranho e sem importância para quem observa a primeira vista. Dois homens, um loiro e um moreno que se diziam agentes federais chegam até a fazenda Imburí, no município do Pilar, que é administrada pelo senhor Silvino Henrique da Silva acusando-o de comprar dois porcos roubados de dois homens que estavam com eles, os supostos agentes os levam até a fazenda Jundiáí, onde estavam os animais. De fato Silvino Henrique da Silva tinha comprado os porcos, mas não sabia a procedência dos animais. O resultado de tal fato é o assassinato dos dois homens que estavam com o supostos agentes federais, Silvino Henrique, e mais uma testemunha, o menino José Maria de 12 anos de idade. No mesmo dia José Henrique da Silva vinga a morte de seu pai, executando Ernesto Cavalcanti Lins, no bairro do Trapiche da Barra em Maceió, com dois tiros. Foi Ernesto que tinha assassinado seu pai, e também foi autor de vários outros crimes, ele fazia parte do grupo de extermínio comandado pelo Cel. José de Azevedo Amaral, Secretário de Segurança Pública de Alagoas.

A partir do assassinato de Silvino Henrique da Silva, se acentua a briga entre as famílias. Os Calheiros (Cavalcanti Lins) carregavam a fama de sanguinários, se envolviam crimes como o caso referente a roubo de melaço de usinas de cana-de-açúcar, execuções, ameaças de morte, entre outras atrocidades. A família Omena comprara uma briga das grandes. Porém, tinha o apoio de grande parcela da população, pois está sabia e temia a fama dos Calheiros (Cavalcanti Lins). No livro escrito por Cabo Henrique Omena, existe relatos de assassinatos feitos Ernesto Cavalcanti Lins que levava os corpos na mala de seu carro e mostrava as pessoas nos bares por onde andava. Logo, por toda essa imagem negativa que se tinha dos Calheiros (Cavalcanti Lins), pode-se entender o apoio que a maioria da população dava ao Cabo Henrique Omena, e tinha nele a imagem de justiceiro.

Entretanto, essa briga de família não deixou só essas baixas. Do lado da família Omena temos: Silvino Henrique da Silva; Ailton Henrique Omena da Silva; Evanildo Henrique Omena da Silva; Arnaldo Omena; Antonio Omena; e o advogado Francisco Guilherme Tobias Granja. Do lado dos calheiros temos: Ernesto Cavalcanti Lins; Paulo Cavalcanti Lins; Tenente Cavalcanti; José Tadeu Calheiros Pedrosa; Guilherme Ernesto Cavalcanti Lins. Estas são as baixas contabilizadas até 1983 (MELLO, 2004, p.370).

O desencadeamento dessa briga entre os Omena e Calheiros, abre a discussão sobre grupos de extermínio no relato de José Henrique da Silva, ele mostra o processo de formação e a ação do grupo formado pelo Cel. José de Azevedo Amaral. O grupo era formado primeiramente pelo tenente Cavalcante ( primo de Ernesto), Ernesto Cavalcanti Lins, os demais integrantes do grupo eram formados por pessoas da confiança de Ernesto, além de policiais civis que passassem por uma triagem feita por Ernesto e Tenente Cavalcante. Assim se deu a ligação do Cel. José de Azevedo Amaral com os Calheiros (Cavalcanti Lins), logo, com esse gesto José Henrique da Silva passa a culpar o Cel. Amaral pela morte de seu pai e demais crimes ocorridos em Alagoas.

O Cabo Henrique cita que o grupo de extermínio agia em todo o estado, isso de forma bastante cruel, segundo ele “os cadáveres apareciam de maneira assombrosa, no Rio São Francisco pessoas apareciam mortas, havendo acusações recíprocas entre os secretários de segurança de Sergipe e Alagoas” (SILVA, 1981, p. 60). Além disso, Cabo Henrique da um dado numérico muito importante sobre as ações do grupo de extermínio, segundo ele “o grupo criado pelo Cel. Amaral já havia eliminado 320 pessoas e que até o fim de 1978 eliminaria mais umas quarenta” (SILVA, 1981, p. 62). A descrição feita por Cabo Henrique é minuciosa, ele deixa bem explícito como era a forma dos extermínios

*“praticavam horrores na execução de suas indefesas vítimas. Imagine caro leitor, que em alguns casos, eles colocavam o cano de uma espingarda calibre 12 no ânus da vítima e depois acionavam o gatilho da arma, matando-a instantaneamente, deixando todos os órgãos internos fragmentados. Enquanto isso eles bebiam Wisky e achavam graça. Na equipe cada homem tinha uma missão. Alguns deles nunca chegaram a matar ninguém, eram os encarregados das valas onde as vítimas eram amontoadas. Basta lembrar a descoberta do cemitério clandestinos da fábrica da coca-cola, no Tabuleiro dos Martins, onde dezesseis ou mais cadáveres foram encontrados. (...) Sexta-feira, era o dia macabro em que o Grupo de extermínio do Coronel Amaral entrava em cena. Em muitas Delegacias da Capital e do Interior, ladrões primários, desordeiros por embriagues e até pessoas presas por outros motivos, eram mantidas presas até o dia Macabro, onde aguardavam a passagem do Grupo*

---

*exterminador, para quem eram entregues e posteriormente eliminados. A ordem do Coronel Amaral era para eliminar só ladrões, no entanto o famigerado Grupo, já sob os efeitos do álcool, não se conformava com o pequeno número que aparecia e juntavam a esses, todos os presos correccionais que encontravam nas delegacias. (...) Tudo isso caro leitor, sem contar com os crimes pagos, quando milhões de cruzeiros encheram o bolso de muita gente, atendendo a interesses particulares.” (SILVA, 1981, p. 114-115-117-118)*

Esta era a realidade do ponto de vista de Cabo Henrique Omena, ator principal de um dos casos policiais mais famosos de Alagoas, que através de um desafeto causado pelo assassinato de seu pai, depois pela briga entre Calheiros (Cavalcanti Lins), nos revelou o que se instaurava por trás da Secretaria de Segurança do Estado de Alagoas.

### **O Estado e a violência**

O Estado é a composição da superestrutura social responsável pela aplicabilidade da democracia, das melhorias sociais e do equilíbrio das ações dos grupos que compõem a comunidade social. Equilíbrio que pode ser estabelecido mediante estilos de intervenções dentro da comunidade. Intervenções que podem ser baseadas mediante o exercício da democracia por meio da implementação das leis, isto por meio jurídico, ou pelo uso direto das leis na comunidade, mediante a força policial. Termo baseado na aplicação formal da violência no seio da comunidade. Medida que deve ser aplicada mediante “a ameaça” de realização de ações que desrespeitem as medidas democráticas. A Superestrutura estatal apresenta uma única forma de exercício dentro do estado brasileiro que é constituído mediante os modos burocráticos da democracia. Mas a estrutura recebe um gral de caracterização muito forte das formas culturais existente em cada região do estado brasileiro. Caracterização que é demonstrado pelos modos locais de influencia de grupos políticos que exercem o domínio administrativo. Denominação chamada de patrimonialismo estatal. Ele que é baseado na dominação das linhas administrativas por grupos políticos que passam a admitir a maquina publica como extensão das propriedades privadas dos mesmos. Isto é expresso pela aplicação de forças emanadas do Estado para ações de interesses particulares. Ações essas que se constituem por meio da “violência legal” que emana da estrutura. Ela que è formada mediante o meio jurídico que possui uma forma legal. Esta violência denominada de “violência institucionalizada” é baseada na mediação do

---

Direito e da Legislação mantidos pela força. Por meio da lei é estruturada a violência e sua legalidade. Assim estabelecendo as características da “violência legítima”.

As características particulares de cada Estado são proporcionadas por modo de relações de poder internas e externas específicas de cada Estado. Assim cada estado da federação desenvolve suas próprias alternativas sociais e de poder. Estando elas ligadas ou não a estrutura estatal local, mas sempre ligadas as ações de poder político das elites locais e cultural da população local. Isto com o objetivo de garantir a preservação do poder sobre a localidade e a difusão das ações de força dentro da comunidade como formas de poder físico, moral e cultural. Alagoas apresenta-se com uma localidade que possui características particulares nos âmbitos da política e nas relações sociais de violência. Um Estado que apresenta uma expressão autêntica das suas estruturas de relações sociais no campo da violência. Relação estruturada mediante a ação de uma classe dominante que controla as linhas administrativas do estado. Isto por meio da expansão política da propriedade privado para o Estado. Com isso as elites dominantes estruturam formas de controle político apropriado aos seus interesses de poder. Assim a identidade de violência estadual é estruturada mediante a imposição de grupos políticos locais e ocorrendo a difusão de uma cultura social baseada, no ato de defesa, na justiça pelas próprias mãos, na impunidade de transgressores. Isto mediante o descrédito da população na resolução dos conflitos sociais por meio do Estado. Com isto gerando uma desconfiança da efetivação de cumprimento da justiça como forma de punição contra agentes transgressores. Outro fator é a cultura da violência emanada do seio da hora nas comunidades locais. Torna-se comum na sociedade alagoana a utilização da força para justificar atos contra a moralidade dos cidadãos locais. Crimes que surgem mediante homens que defloram mulheres e difama pessoas. As pessoas atingidas na honra sentem-se obrigadas a lavar a dignidade por meio da violência para estabelecerem uma linha de moralidade local.

## **BIBLIOGRAFIA**

- MAJELLA, Geraldo de. **Execuções sumárias e grupos de extermínio em Alagoas: (1975 – 1988)**. Maceió: EDUFAL, 2006.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

---

SILVA, José Henrique da (1981). **Por amor ao nosso pai.** Maceió.

JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, 05 de Março de 1977

\_\_\_\_\_, 23 de Março de 1977.

\_\_\_\_\_, 05 de Abril de 1977.

\_\_\_\_\_, 12 de Abril de 1977.

\_\_\_\_\_, 02 de Fevereiro de 1978.

\_\_\_\_\_, 24 de Fevereiro de 1978.

\_\_\_\_\_, 03 de Março de 1978.

\_\_\_\_\_, 10 de Março de 1978.

\_\_\_\_\_, 11 de Março de 1978.

\_\_\_\_\_, 22 de Dezembro de 1978.

\_\_\_\_\_, 23 de Dezembro de 1978.

\_\_\_\_\_, 27 de Dezembro de 1978.

\_\_\_\_\_, 28 de Dezembro de 1978.

\_\_\_\_\_, 29 de Dezembro de 1978.

\_\_\_\_\_, 30 de Dezembro de 1978.